

# Negociação pode afetar conversão

por Ronaldo D'Ercole  
de São Paulo

Ao atrelar as regras para a conversão ao equacionamento da dívida externa, o projeto aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), no mês passado, pode comprometer o interesse das instituições internacionais em participar das operações.

Essa advertência foi feita ontem pelo vice-presidente do Unibanco, Tomas Zinner, durante pronunciamento no Seminário "Investimentos no Brasil na Década de 90: Uma Nova Abordagem para a Dívida Externa", promovido em São Paulo pela revista "Business Week".

Zinner argumenta que a vinculação dos mecanismos para conversão aos termos de um acordo que o Brasil venha a fechar com os credores, não se sabe quando, pode truncar o processo. "O credor, desconhecendo as condições fundamentais para a tomada de decisão, é levado a adiar suas iniciativas."

As pressões políticas sobre as autoridades financeiras, no sentido de condicionar a conversão da dívida a uma aprovação da Constituinte, também contribuem para retardar qualquer avanço no processo de conversão, acrescenta o executivo.

A combinação destes fatores às restrições embutidas no texto do programa aprovado pelo CMN no mês passado — tais como "o direcionamento obrigatório de capital a áreas do Norte-Nordeste e a exigência de que ele seja feito em empresas do setor público", entre outras — coloca os investimentos por conversão numa categoria de fonte de obtenção de recursos de "segunda classe".

Para os bancos brasileiros, disse o executivo, a conversão da dívida é vista como mais uma alternativa de capitalização das empresas nacionais entre os vários dispositivos para obtenção de "funding" oferecidos pelo sistema bancário. E que ganha especial importância no contexto atual de escassez de poupança interna.

O vice-presidente do Unibanco revelou ainda que os departamentos da área internacional dos bancos brasileiros já estão desenvolvendo projetos que lhes permitam atuar no processo de conversão da dívida em investimentos. Como a regulamentação definitiva para o processo de conversão só será conhecida no início do próximo ano, segundo estimativa do BC, os projetos dos bancos privados "são montados dentro da óptica de qualquer outro processo de decisão de investimento".

Basicamente, explicou o banqueiro, as instituições nacionais desenvolvem estudos para atuar como consultores sobre as condições locais, nas análises setoriais e identificação de oportunidades de investimento, além de participarem dos mecanismos de movimentação dos recursos obtidos com as conversões.

## PETROBRÁS

A Petrobrás e suas subsidiárias somente poderão se valer dos mecanismos de conversão, abrindo a participação acionária aos credores estrangeiros na forma de ações preferenciais (sem direito a voto), sem que de maneira alguma a União reduza sua participação a menos de 51% do capital global da empresa. Estas restrições legais em que se enquadra a Petrobrás foram colocadas ontem pelo seu presidente, durante sua participação no seminário.

Ozires Silva afirmou que apenas a Petrofertil, a Distribuidora (BR), a Petroquisa, a Interbrás e a Braspetro — subsidiárias da Petrobrás — é que estão isentas de quaisquer restrições à participação de acionistas estrangeiros no capital votante.

## MORATÓRIA

A moratória da dívida externa, decretada em fevereiro pelo governo brasileiro, contribuiu para fortalecer a posição do País diante dos credores. A opinião é do editor da revista norte-americana "Business Week", Robert Dowling, que promove em São

Paulo em fórum internacional para discutir aspectos ligados aos investimentos no Brasil, a partir de uma nova abordagem para a dívida externa.

O jornalista entende que o Brasil é um dos países em desenvolvimento mais indicados para os credores fa-

cilitarem a conversão de parte da dívida externa em investimentos de risco. Acrescentou, no entanto, que esta estratégia não é a única forma de aumentar o volume de recursos externos no País, visando à recuperação da economia interna.

(EBN)